



O projeto *CASA DE CULTURA FLÁVIO LUIS FERRARINI - 2ª ETAPA* é recomendado para a avaliação coletiva.

1. O projeto *CASA DE CULTURA FLÁVIO LUIS FERRARINI - 2ª ETAPA* foi cadastrado eletronicamente em 30 de agosto de 2018 e habilitado pelo SAT/SEDACTEL em 29 de outubro de 2018; sendo encaminhado ao CEC/RS e distribuído a este conselheiro em 30 de outubro de 2018. O projeto está inserido na área Espaço Cultural, sendo o seu local Flores da Cunha/RS, município de 29.196 habitantes (IBGE/2015) situado na microrregião de Caxias do Sul.

A Prefeitura Municipal de Flores da Cunha é proponente, representada pelo Sr. Lidio Scortegagna, prefeito municipal, e Ana Paula Zamboni Weber, gestora de cultura. A contadora responsável é Flávia Bombardelli e integram também a equipe principal a arquiteta Sayonara Guaresi, o responsável pelo departamento de cultura Michael Molon, e a produtora cultural Cristina Seibert Schneider (Patrimonium).

Trata-se da segunda etapa de construção da Casa de Cultura Flávio Luis Ferrarini, projeto arquitetônico cuja área totaliza 2.620,90 m²; sendo esta segunda etapa equivalente a 1.489 m² de construção em lote de propriedade do município. O valor total do projeto é de R\$ 1.309.024,27 (um milhão, trezentos e nove mil e vinte e quatro reais, e vinte e sete centavos), sendo R\$ 319.625,02 (trezentos e dezenove mil, seiscentos e vinte e cinco reais, e dois centavos) provenientes do proponente e R\$ 989.399,25 (novecentos e oitenta e nove mil, trezentos e noventa e nove reais, e vinte e cinco centavos) são solicitados ao Sistema Pró-Cultura RS LIC.

A primeira etapa foi executada entre 2013 e 2017, com recursos do Ministério do Turismo na ordem de R\$ 852.553,65 (oitocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e três reais, e sessenta e cinco centavos) e R\$ 294.682,15 (duzentos e noventa e quatro mil, seiscentos e oitenta e dois reais, e quinze centavos) investidos pelo município. Foram realizadas na ocasião as fundações, pilares, vigas, lajes, platibanda e cobertura do auditório. Na segunda etapa, que corresponde ao projeto em tela, está prevista a implantação do complexo de educação e cultura, com a execução das alvenarias e divisórias, contrapisos e pisos, escadas e *shafts*, cobertura e forros, revestimentos, pinturas, esquadrias e vidros, instalações elétricas e hidrossanitárias.

A conclusão desta segunda etapa dará condições de uso do setor administrativo de educação e cultura, das salas multiuso para oficinas de *talian*, música instrumental e erudita, dança, teatro, artesanato, canto coral e sede da Biblioteca Pública Municipal Érico Veríssimo. A execução do auditório será realizada na terceira etapa.

Como objetivos específicos, apresenta-se: dar condições de uso para a edificação voltada para a valorização de atividades culturais previstas no projeto; oferecer espaços adequados para a realização das oficinas de arte e cultura para alunos das escolas públicas e particulares de ensino básico em horário complementar ao turno escolar; criar condições para a realização dos cursos técnicos em arte e cultura; estimular a participação e a formação de plateia para um novo público nas artes; garantir que um número maior de grupos sociais de culturas populares seja atendido por ações públicas de promoção da diversidade cultural;

aumentar a importância dos aspectos culturais no desenvolvimento do turismo; acesso gratuito.

Das justificativas:

Na justificativa da dimensão simbólica, o proponente afirma que o projeto vai permitir a identificação de elementos específicos e particulares de expressões e bens culturais locais (língua, hábitos e costumes, culinária, modos de vida, saberes e fazeres, crenças, arquitetura), a circulação das várias formas de expressão e conhecimento, o uso de linguagens diversificadas (música, artes cênicas, artes visuais, literatura, artesanato, etc). Coloca-se que o espaço cultural é lugar de constituição de experiências e de formação do sujeito no contato com as obras de arte, com o estímulo dos sentidos, promovendo novas emoções, alargando perspectivas e possibilidades de enriquecimento humano.

Na justificativa de dimensão econômica, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento econômico justo e sustentável, afirma-se o potencial da cultura para gerar dividendos, empregos e rendas, assim como estimular a formação de cadeias produtivas que se relacionam a aspectos inovadores ou tradicionais. Cita-se também o turismo cultural, destacando que o projeto proporcionará maior envolvimento econômico das cadeias produtivas do artesanato, entre outras. A justificativa da dimensão cidadã destaca a formação de plateia e democratização do acesso, lembrando que o projeto é uma demanda e uma reivindicação dos cidadãos locais. Ressalta-se que o acesso será gratuito e que o financiamento ao projeto consiste num investimento no capital cultural de cada um dos municípios.

Será oferecido, no escopo deste projeto, um workshop de gestão de espaços culturais, com carga horária de 24h, abordando ideias e práticas inovadoras em gestão e liderança de espaços culturais e programação artística para profissionais que atuam em museus, bibliotecas, centros culturais, teatros.

É o relatório.

2. Vivemos tempos difíceis para as políticas culturais. A crise econômica tem servido como justificativa para congelamento, redução ou cortes de investimentos públicos, prejudicando agentes culturais, artistas e toda a cadeia produtiva da cultura. Como contraponto a este triste cenário observável em praticamente todas as esferas, este conselheiro entende como digno de aplausos o elevado aporte de recursos próprios por parte da Prefeitura Municipal de Flores da Cunha. Este aporte do poder público municipal comprova de forma inegável o seu compromisso com a construção do equipamento, e demonstra o entendimento de sua importância para o Município.

Quanto ao plano de sustentabilidade e ao plano de uso

No plano de sustentabilidade apresentado, a prefeitura municipal assume a responsabilidade pela manutenção do espaço. Entende este conselheiro que o plano deve demonstrar a viabilidade e a sustentabilidade econômica do imóvel, para fins de sua manutenção e conservação após a inauguração. Consideramos saudável e benéfico o interesse do poder público em garantir a manutenção do espaço, entretanto, um plano de sustentabilidade tem por objetivo comprovar a autossustentabilidade do espaço – ou pelo menos, sua sustentabilidade parcial – demonstrando que as atividades desenvolvidas dentro ou fora do local possam vir a contribuir com o aporte de recursos, garantindo a conservação preventiva ao longo do tempo, mesmo que haja dificuldades orçamentárias ou mudanças administrativas na prefeitura municipal. Não obstante, o proponente indica satisfatoriamente que, após a

conclusão de todo o complexo, o espaço de auditório também poderá ser locado para espetáculos em geral com cobrança de ingresso, o que poderá contribuir com a sustentabilidade do espaço.

O plano de uso indica os seguintes usos para o período de cinco anos da conclusão da etapa em tela: sede do setor administrativo de educação e cultura, oficinas de *talian*, música instrumental e erudita, dança, teatro, artesanato e canto coral, sede da Biblioteca Pública Municipal Érico Veríssimo, realização de oficinas, workshops, palestras e seminários.

O modelo de gestão do espaço anexado indica que a gestão será compartilhada com o Conselho Municipal de Cultura, com a Associação de Amigos do Museu, Associação dos Amigos de Otávio Rocha e outras entidades do município, com fins de montar uma agenda e curadoria.

Apesar das indicações, não foram esclarecidas algumas questões importantes. Como se dará o gerenciamento e a ocupação do espaço? Serão propostos editais? Como se integrará a cena artístico-cultural do município ao equipamento? Como será escolhida a curadoria do espaço? Quais os eventos constantes ou não no calendário do município poderão ser realizados no local? Entendemos que a relevância do equipamento para a comunidade sobrepuja as questões, mas entendemos que estas respostas deverão ser impreterivelmente formuladas pelo proponente assegurando a participação da comunidade local.

Quanto à acessibilidade

Os conjuntos de sanitários demonstram adaptação às normas de acessibilidade, e os acessos principais se dão sem mudança de nível. Recomendamos que seja assegurada a instalação de piso podotátil em todos os corredores. Recomendamos, também, que o uso do espaço seja pensado de forma a promover a acessibilidade não apenas do ambiente físico, mas também com atividades que promovam inclusão de deficientes visuais, auditivos, entre outros.

Foram apresentados devidamente os projetos de PPCI, sob a responsabilidade técnica da Eng^a Civil Jamila Maschid Mascarini. Quanto ao impacto ambiental, destacamos que foi anexado plano de gerenciamento dos resíduos, que indica a reutilização e reciclagem dos resíduos de classe A e B (tijolos, blocos, telhas, etc), sendo alguns destes reutilizados em estradas e obras públicas do Município e outros encaminhados para a ARAFLORES (Associação de Recicladores Amigos de Flores da Cunha). Também está indicada a destinação de resíduos sem possibilidade de reciclagem para aterro industrial ou devolução ao fornecedor.

Os valores de orçamento foram conferidos por este conselheiro em relação aos valores praticados no mercado e demonstram, de forma geral, adequação. Chama-nos atenção apenas, como já indicamos em outros projetos habilitados pelo SAT e enviados para o CEC-RS, a ausência da previsão de BDI conforme indicado na Instrução Normativa Art 6º VI, a. VII. Este conselheiro entende que estas questões técnicas de enquadramento na Instrução Normativa vigente deveriam ser resolvidas através de diligências ainda na fase de habilitação pelo SAT, motivo pelo qual optou por não prejudicar a tramitação deste projeto, esperando que nas próximas oportunidades haja maior cuidado neste sentido.

O equipamento cultural em questão tem enorme potencial de fomento à cultura, proporcionando espaço tanto para as práticas dos agentes de cultura locais quanto à circulação de artistas regionais, estaduais e até nacionais. O projeto prevê, também, a valorização do patrimônio cultural local, através do *talian*, variante da língua vêneta; contribuindo, assim, para a perpetuação da riqueza linguística que compõe a cultura gaúcha e brasileira.

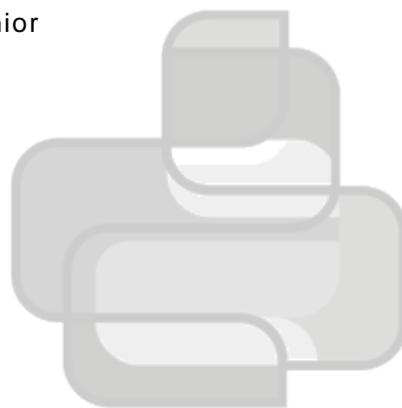
A construção desta Casa de Cultura é uma reivindicação legítima dos cidadãos e agentes de cultura de Flores da Cunha, que atualmente não possuem um local adequado para a

realização de suas atividades. O espaço proposto atenderá a diversos segmentos da cultura do município, contemplando a dinâmica da sociedade local e fomentando novas perspectivas para a cena artística. Neste horizonte de nuvens tempestuosas que, aparentemente, se aproximam, mais do que nunca a cultura precisará constituir e reforçar seus espaços de resistência.

3. Em conclusão, o projeto *Casa de Cultura Flávio Luís Ferrarini - 2ª Etapa* é recomendado para a avaliação coletiva, em razão de seu mérito cultural – relevância e oportunidade - podendo vir a receber incentivos até o valor de R\$ 989.399,25 (novecentos e oitenta e nove mil, trezentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos) do Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais – Pró-Cultura RS.

Porto Alegre, 08 de novembro de 2018, ano do cinquentenário do Conselho Estadual de Cultura.

Jorge Luís Stocker Júnior
Conselheiro Relator



Pró-cultura RS